



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 09/11/2023 NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG).

Assunto: Discutir sobre a Portaria IGAM nº 33 de 21 de julho de 2023 que burocratiza a perfuração, renovação das outorgas de poços artesianos, impactando a produção rural e sobrevivência.

Aos nove (09) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, às dez horas (10h00), ocorreu Audiência Pública, proposta pela vereadora Maria das Graças Gonçalves, para discutir sobre: A Portaria IGAM nº 33 de 21 de julho de 2023 que burocratiza a perfuração, renovação das outorgas de poços artesianos, impactando a produção rural e sobrevivência. Foram convidados e participaram da Audiência: o Sr. Osmani Barbosa Neto (Secretário Municipal de Agricultura), o Sr. Guilherme Augusto Guimarães Oliveira (Vice-prefeito), a Sra. Zenaide Maria Zampieron (Aguacenter), o Sr. Flávio Oliveira (Presidente do Comitê da Bacia Rio Verde Grande), o Sr. Alexandre Viana, representando o Sr. José Henrique de Carvalho Veloso (Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros), o Sr. Alexandre de Aguiar Rocha (Presidente do Sindicato do Produtor Rural de Montes Claros) o Sr. Fernando Brito (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF). Também foram convidados a compor a mesa: o Sr. Wesley Mota (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM) e o Sr. Soter Magno Carmo (Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Foram convidados, mas não compareceram: o Sr. Paulo Guedes (Deputado Federal), o Sr. Arlen Santiago (Deputado Estadual), o Sr. Marcelo Eduardo Freitas (Deputado Federal), o Sr. Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (Deputado Estadual), a Sra. Marilene Alves de Souza (Deputada Estadual), o Sr. Tadeu Martins Leite (Deputado Estadual), o Sr. Rômulo de Souza Lima (Gerente Regional da COPASA), a Sra. Mônica Veloso Oliveira (Diretora da SUPRAM), a Sra. Marília Carvalho de Melo (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e o Sr. Rogério Evangelista Silva (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS). Após a abertura da reunião e a composição da Mesa, a vereadora Maria das Graças Gonçalves, proponente da audiência, expôs os motivos e objetivos de sua realização. Ressaltou a necessidade de revisão da Portaria do IGAM e a realização de um estudo para analisar os locais propícios para perfurações de poços artesianos. Através de participação em vídeo, o Deputado Estadual, Gil Pereira, disse que o Norte de Minas já foi muito prejudicado e que o Governo do Estado precisa solucionar o problema. Também em participação em vídeo, o Deputado Federal, Marcelo Freitas, informou que está buscando recursos para o Norte de Minas Gerais. Ressaltou a preocupação com a Portaria e disse que ela carece de uma maior discussão. O Sr. Flávio Oliveira apresentou, por meio de slide, alternativas



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

de incremento hídrico. Disse que é necessário parcerias e incentivos aos projetos de barraginhas e terraceamento. O Sr. Alexandre Rocha destacou a importância de recursos para desenvolver projetos, visando a reservação de água. Disse que é fundamental que os órgãos reguladores como: IGAM, ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e o Governo do Estado trabalhem em parceria com entidades de classe, associações agrícolas, instituições de pesquisas e sociedades civis. O Sr. Fernando Brito falou sobre o trabalho realizado pela CODEVASF. Enfatizou a necessidade de buscar alternativas, para que essas medidas restritivas não impeçam o desenvolvimento do Norte de Minas. O Sr. Osmani Barbosa ressaltou que o Município possui mais de duzentos poços que podem ser fechados, prejudicando comunidades que necessitam deles. Cobrou solução do governo do Estado e do governo federal. O Sr. Alexandre Viana disse que os pequenos produtores rurais estão sendo afetados pela Portaria do IGAM. Salientou que a Câmara Municipal tem o dever de solicitar e se empenhar, junto ao governo do Estado, para revogar as medidas prejudiciais ao povo norte-mineiro. A Sra. Zenaide Zampieron enfatizou que a Aguacenter está ativa há vinte e sete anos na região e, no momento, os funcionários estão com o emprego em risco. Criticou a Portaria e falou da necessidade do apoio do governo. O Sr. Wesley Mota disse que estamos passando por uma escassez hídrica e explicou o objetivo da Deliberação Normativa nº 76 de 2022 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG). Ressaltou que é preocupante a utilização desenfreada da água subterrânea. O Sr. Soter Magno Carmo destacou que se não houver o interesse político aliado às entidades que compõem o Norte de Minas, essa pauta não sairá do papel. Declarou que é defensor da Barragem de Congonhas, pois ela é estratégica para a Bacia do Rio Verde Grande. O Sr. Guilherme Guimarães disse que é fundamental a suspensão imediata da Portaria, visto que os estudos são precários. Ressaltou que o CERH/MG antes de defender e aprovar um assunto dessa natureza, deveria ter feito uma Portaria obrigando que grande parte dos recursos do Estado de Minas Gerais, principalmente os de compensação minerária, fossem aplicados nas barragens. Houve participação do público presente, que, de um modo geral, relatou as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e produtores rurais com a burocratização de perfuração e renovação das outorgas de poços artesianos. Solicitou a revogação da Portaria do IGAM. Além da proponente, participaram da audiência os vereadores: Aldair Fagundes, Cláudio Rodrigues, Júnior Martins, José Marcos Freitas, Marlus Mendes, Iara Pimentel, Raimundo Pereira, Reinaldo Barbosa, Rodrigo Maia e Valdecy Fagundes. O vereador Valdecy Fagundes reiterou a necessidade de suspensão da Portaria. Disse que a Comunidade de Mucambo Firme e de Samambaia estão sendo abastecidas por caminhão-pipa, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, pois os poços artesianos estão secos. Ressaltou que protocolou



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

através do Deputado Marcelo Freitas, junto a CODEVASF, dois requerimentos para liberação de perfuração de poços artesianos. A vereadora Iara Pimentel falou que é preciso encontrar soluções sustentáveis que garanta que esses produtores possam sobreviver. Salientou que é uma irresponsabilidade qualquer legislação que não leva em consideração a vida do povo. Disse que está à disposição para buscar alternativas junto com o governo Federal. O vereador Rodrigo Maia ressaltou que esta é mais uma das Portarias injustas criadas nesse governo. Disse que não acredita que o atual governador olhará para o povo norte-mineiro. O vereador Raimundo Pereira destacou a importância da água. Pediu que as autoridades busquem soluções para o Norte de Minas. O vereador Cláudio Rodrigues sugeriu o apoio da Bancada do Norte de Minas na solicitação da revogação da Portaria e investimentos para as barragens. A vereadora Maria das Graças Gonçalves disse que através do Deputado Estadual, Gil Pereira, marcará uma comitiva com o governador Romeu Zema. Informou que apresentará uma Moção ao governador, solicitando a revogação da Portaria. O presidente concedeu a palavra aos convidados para as considerações finais. O Sr. Alexandre Viana disse que a população deve se unir e exigir junto às autoridades do governo do Estado a revogação da Portaria e valorização dos produtores rurais. O Sr. Flávio Oliveira enfatizou que a Portaria precisa ser repensada. Disse que as leis são importantes, mas é necessário pensar no ser humano. A Sra. Zenaide Zampieron falou que os pequenos barramentos é a grande solução. Salientou que primeiro é necessário buscar soluções para que os produtores não sejam penalizados. Reforçou a importância da revogação da Portaria. O Sr. Wesley Mota disse que o IGAM vem fazendo de tudo para desburocratizar e facilitar a vida de todos. Ressaltou que o órgão está à disposição para orientações. O Sr. Soter Magno Carmo disse que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem feito o possível para apoiar o homem do campo, principalmente, nos pequenos barramentos, através de chamamentos públicos. O Sr. Guilherme Guimarães reiterou a necessidade de procurar o governador em busca de soluções. Disse que há elementos suficientes para dizer que o estudo é insignificante e inconclusivo. Salientou que a prefeitura de Montes Claros estará junto em defesa da população. Em seguida, o presidente da Câmara Municipal, vereador Júnior Martins, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência. Nada mais havendo, lavrou-se esta ata.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 09 de novembro de 2023.